

OFÍCIO Nº 26/2020/AA-CD/ANA
Documento nº 02500.011988/2020-89

Brasília, 5 de março de 2020.

Ao Secretário-Executivo do CNRH
Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sala 960
70067-901 – Brasília/DF – DF

Assunto: Viabilidade da indicação ao CNRH da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para continuar a desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê como entidade delegatária.

Referência: Documento nº 02500.006956/2020-61

Senhor Secretário,

1. Em atenção ao Ofício nº 38/2020/SNSH/MDR, que trata Deliberação Conjunta dos Comitês da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ nº 104/2019, encaminhamos a manifestação da ANA por meio da Nota Técnica nº 5/2020/CINCS/SAS.
2. Em face do exposto na referida Nota Técnica, esta Agência conclui pela viabilidade da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ continuar a exercer as funções de Agência de Água das referidas bacias, como Entidade Delegatária.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente



NOTA TÉCNICA Nº 5/2020/CINCS/SAS
Documento nº 02500.010791/2020-22

Brasília, 27 de fevereiro de 2020.

Ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Assunto: Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Bacias PCJ. Delegação do exercício de funções de competência das agências de água a organizações sem fins lucrativos. Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/19. Indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ para desempenhar as funções de Agência de Água.

Referência: Documento nº 02500.006956/2020-61

INTRODUÇÃO

1. O Ofício nº 38/2020/SNSH/MDR, de 10 de fevereiro de 2020 (documento nº 02500.006956/2020), do Secretário Nacional de Segurança Hídrica, encaminhou à Agência Nacional de Águas - ANA a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/2019, referente à indicação da *Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá* para continuar a desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê, como Entidade Delegatária dessas funções.
2. Referido Ofício solicita posicionamento da ANA “quanto à viabilidade do pleito, nos termos das Leis ns. 9.433/1997 e 9.984/2000, bem como do Decreto 10.000/2019” para subsidiar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH sobre a matéria nele apensada.
3. Junto ao Ofício nº 38/2020/SNSH/MDR encontra-se o Ofício Comitês PCJ nº 138/2019, de 13 de dezembro de 2019, apontando que “*face à constatação, pelos Comitês PCJ, do reiterado atendimento às metas estabelecidas pela ANA no referido Contrato de Gestão (Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011), e em seus aditivos, bem como da excelência na execução pela Agência PCJ das funções de Agência de Água como entidade delegatária, encaminhamos, para apreciação do CNRH, a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/19, de 13 de dezembro de 2019, que aprova a indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ para desempenhar, transitoriamente, funções de Agência de Água dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá como entidade delegatária das funções de Agência de Água PCJ, até 31 de dezembro de 2035*”.
4. Esta Nota técnica visa agregar informações para tomada de decisão do CNRH.

HISTÓRICO

5. Tendo em vista o disposto no art. 51 da Lei nº 9.433/97 e por solicitação dos Comitês PCJ, o CNRH, por meio da Resolução CNRH nº 111, de 13 de abril de 2010, delegou o exercício de funções de competência de agência de água das bacias PCJ à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Agência das Bacias PCJ, até 31 de dezembro de 2020.



6. A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Agência das Bacias PCJ foi substituta do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí que havia exercido, mediante delegação do CNRH, funções de competência de agência de água nas bacias PCJ de 2006 a 2010.

7. Com amparo no disposto no art. 1º da Lei Federal nº 10881/2004 e na Resolução CNRH nº 111/2010, a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência PCJ) celebraram, em 24 de janeiro de 2011, com a interveniência dos Comitês PCJ, o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, visando ao exercício, pela Agência PCJ, das funções de Agência de Água na área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ FEDERAL). A delegação de competência conforme definido na Resolução CNRH nº 111/2010 finda sua vigência, assim como o referido contrato de gestão, em 31 de dezembro de 2020.

8. Com o objetivo de proporcionar a continuidade do desempenho das funções de Agência de Água do Comitê, a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/2019, no seu art. 1º, indica a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, até 31 de dezembro de 2035, como Entidade Delegatária.

CONTRATO DE GESTÃO

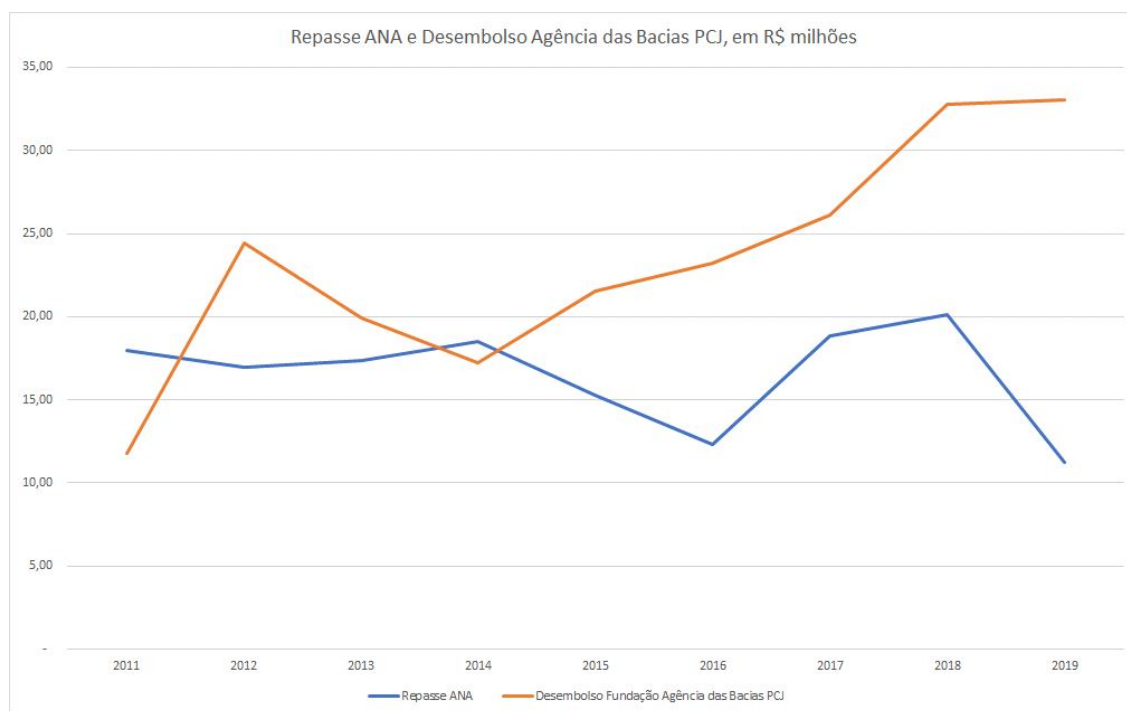
Performance da Agência das Bacias PCJ

9. Conforme as avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão, o desempenho da Agência das Bacias PCJ na execução do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 tem sido muito satisfatório, como pode-se observar na figura a seguir.

10. Um indicador importante de se ressaltar do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 é o índice de desembolso. Verifica-se que a Agência das Bacias PCJ tem obtido uma significativa evolução no desembolso dos recursos da cobrança (inclusive considerando os rendimentos financeiros) estabelecendo um patamar contínuo superior a 100% desde 2015. Ou seja, a Agência das Bacias PCJ tem desembolsado nos últimos anos valores acima daqueles repassados pela ANA.

11. Por meio do gráfico a seguir, apresenta-se os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos que foram repassados pela ANA à Agência das Bacias PCJ e o desembolso destes recursos pela entidade delegatária.





12. Por meio do seguinte gráfico, por sua vez, mostra-se o percentual anual de desembolso em relação aos recursos repassados, considerando os rendimentos financeiros.

13. Lembra-se que a Agência das Bacias PCJ foi sucessora de R\$ 55,6 milhões provenientes de saldo do Consórcio PCJ.

Prestação Anual de Contas

14. A Agência das Bacias PCJ encontra-se com as prestações de contas, referentes ao período 2011-2018, aprovadas pela Diretoria Colegiada da ANA.

Exercício	Processo nº	Reunião Ordinária DIREC	
		Ata	Data
2011	02501.000227/2012-8 1	441ª	16/04/2012
2012	02501.000333/2013-4 6	509ª	09/12/2013



2013*	02501.000342/2014-1 8	541^a	08/09/2014
2014	02501.000203/2015-7 5	579^a	10/08/2015
2015	02501.000451/2016-0 5	616^a	20/06/2016
2016	02501.000429/2017-3 8	685^a	21/12/2017
2017	02501.000682/2018-7 2	720^a	09/10/2018
2018	02501.000673/2019-6 2	770^a	09/12/2019

* Documentação complementar: Nota Informativa nº 2/2014/CACG (Documento nº 023603/2014-93) e Despacho nº 855/2014/SGE (Documento nº 029896/2014-12).

15. A Prestação de Contas referente ao ano 2019 deverá ser apresentada até 31 de maio de 2020, conforme estabelece a Resolução ANA nº 15, de 11 de março de 2019.

16. Ressalta-se que, em observância ao § 3º do art. 2º e ao art. 3º da Lei nº 10.881/04, anualmente, a ANA encaminha ao CNRH o Relatório de Execução do Contrato de Gestão, e ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica o relatório conclusivo da comissão de avaliação.

VIABILIDADE FINANCEIRA

17. A Agência das Bacias PCJ tem conseguido limitar seu custeio administrativo em 7,5% do valor total arrecado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias PCJ, sem necessidade de aporte de recursos adicionais pela ANA.

18. Registra-se que em agosto de 2014, o Ofício nº 399/GAB/SRHU/MMA, de 06 de agosto de 2014, do Secretário Substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, encaminhou à ANA demanda da CTCOB/CNRH, relativa à sustentabilidade econômico-financeira das entidades delegatárias de funções de agência de bacia. O Ofício nº 399/GAB/SRHU/MMA, juntamente com o Ofício nº 05/2014/CTCOB/CNRH/MMA, de 4 de agosto de 2014, do Presidente da CTCOB/CNRH, a ele anexo, apontavam que no entendimento daquela CTCOB/CNRH cabia à ANA entabular “negociações com as entidades delegatárias para analisar alternativas para superar as dificuldades de custeio dessas entidades até o ano de 2015”. Apontou o Ofício nº 05/2014/CTCOB/CNRH/MMA que, concomitantemente, a CTCOB/CNRH continuaria “analisando alternativas estruturantes para assegurar a sustentabilidade econômica-financeira dessas entidades”.



19. Com isto, naquele exercício e após negociações da ANA com as entidades delegatárias, foi concedido ao menos R\$ 1 milhão de aporte de recursos adicionais para custeio administrativo da AGEVAP, da Agência Peixe Vivo e do Bio AGB Doce.

20. Em caminho inverso, a Agência das Bacias PCJ, demonstrando robustez financeira, informou por meio do Ofício Agência das Bacias PCJ nº 1337/204, de 22 de dezembro de 2014, do Diretor-Presidente e o do Diretor Administrativo e Financeiro, que *“para o exercício 2015, o orçamento para o custeio já está aprovado; porém, caso as expectativas de arrecadação não se confirmem, ou ainda, para o exercício de 2016, a crise hídrica se aprofunde, teremos a necessidade de discutir com a Agência Nacional de Águas - ANA formas de apoio financeiro para esse período atípico”*. Foi informado também que a Diretoria da Agência das Bacias PCJ buscava alternativas para minimizar os impactos e garantir a sustentabilidade econômica e financeira da entidade.

21. Desde então, mesmo com frustrações de receitas, a Agência das Bacias PCJ, de fato, buscou alternativas para sua sustentabilidade econômica e financeira, sem ter, no período 2011 a 2019 se socorrido a aporte de recursos adicionais pela ANA.

22. Lembra-se que a Agência das Bacias PCJ é agência de bacia no âmbito do sistema paulista de gestão de água, o que possibilita a utilização de até 10% dos valores arrecadados com a cobrança paulista no seu custeio¹. Assim, além do 7,5% proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (cerca de R\$ 1,2 milhão, sem contar rendimentos financeiros), a Agência das Bacias PCJ conta também com cerca de R\$ 1,7 milhão, totalizando aproximadamente R\$ 3 milhões anuais para seu funcionamento.

23. Em relação aos recursos federais, o Relatório de Auditoria nº 7/2019/AUD, (doc. nº 02500.054378/2019-36) registra o repasse de R\$ 20,13 milhões à Agência PCJ e despesas de custeio administrativo de R\$ 1,22 milhão para o exercício 2018, ou seja, cerca de 6,1% do repassado.

ENCAMINHAMENTOS

Com esses subsídios, sugere-se encaminhar esta Nota Técnica ao Diretor da AG.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
VOLNEY ZANARDI JUNIOR
Coordenador de Instâncias Colegiadas
do Sistema Nacional de Gerenciamento de
Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)
GIORDANO BRUNO BOMTEMPO DE CARVALHO
Coordenador de Sustentabilidade Financeira e
Cobrança

¹ Art. 8º da Lei SP nº 10.020/98.



De acordo. Solicita-se encaminhar esta Nota Técnica ao Diretor da Área de Gestão para, se de acordo, encaminhá-la à Diretora-Presidente em subsídio a resposta ao Ofício nº 38/2020/SNSH/MDR, de 10 de fevereiro de 2020 (documento nº 02500.006956/2020), do Secretário Nacional de Segurança Hídrica.

(assinado eletronicamente)

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos